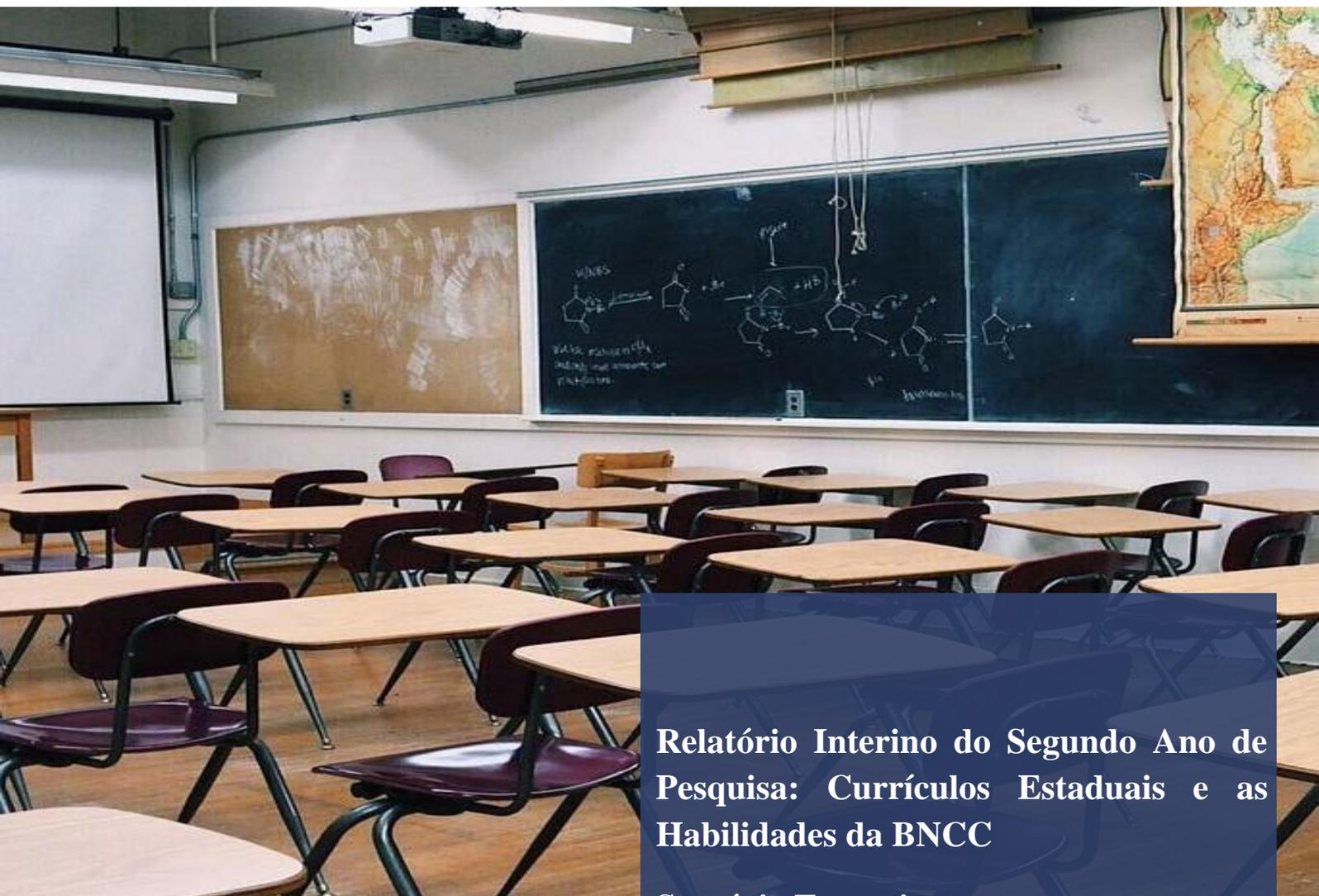




CONSORTIUM FOR POLICY RESEARCH IN EDUCATION

TEACHERS COLLEGE

COLUMBIA UNIVERSITY



Relatório Interino do Segundo Ano de Pesquisa: Currículos Estaduais e as Habilidades da BNCC

Sumário Executivo

Setembro, 2020

Consortium for Policy Research in Education (CPRE)

O Consórcio para Pesquisas em Políticas Educacionais (CPRE) reúne especialistas em educação de instituições de pesquisa renomadas, incluindo o Teachers College, da Universidade Columbia; a Universidade da Pensilvânia; a Universidade Harvard; a Universidade Stanford; a Universidade de Michigan; a Universidade de Wisconsin-Madison; e a Universidade Northwestern. O CPRE foi inaugurado em 1985 como o primeiro centro nacional de pesquisa e desenvolvimento de políticas educacionais estaduais e locais financiado pelo governo federal. Desde então, o CPRE tem estudado o desenho, a implementação e os efeitos de centenas de políticas e programas, e é amplamente considerado como uma das principais organizações de pesquisa de base universitária com foco em políticas e avaliação educacionais. Os pesquisadores do CPRE e a equipe do Teachers College (CPRE-TC) estão dando continuidade a essa longa tradição, conduzindo pesquisas e avaliações rigorosas que visam melhorar os ensinamentos fundamental e médio por meio de maior eficácia educacional, equidade e acesso.

Para saber mais sobre o CPRE-TC, visite nosso site em www.tc.columbia.edu/cpre.

©2020 Consortium for Policy Research in Education do Teachers College, Universidade Columbia. Todos os erros de fato ou de interpretação são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Relatório Interino do Segundo Ano de Pesquisa: Currículos Estaduais e as Habilidades da BNCC

Sumário Executivo

Em 2018, o Consórcio para Pesquisas em Políticas Educacionais (CPRE) do Teachers College, da Universidade Columbia, lançou um estudo de cinco anos sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o primeiro documento que define parâmetros curriculares nacionais obrigatórios no Brasil por meio de habilidades e competências. Esse estudo tem o objetivo geral de examinar e documentar o complicado cenário da implementação da BNCC, e o objetivo específico de identificar os fatores que apoiam ou dificultam sua devida implementação. Em nosso ano-base (2018), entrevistamos mais de 150 *stakeholders* educacionais do nível federal ao escolar. Durante o ano de 2019, continuamos a entrevistar vários *stakeholders*, selecionamos os estados e municípios que comporão nosso estudo de caso, e desenvolvemos uma pesquisa nacional com professores para identificar mudanças nas práticas de ensino associadas à BNCC. No presente relatório interino do segundo ano de pesquisa, apresentamos uma profunda análise comparativa sobre o nível de incorporação da BNCC pelos estados em seus currículos recentemente revisados. Mais especificamente, este relatório busca responder às seguintes perguntas: Em que medida os estados incluíram as habilidades da BNCC em seus currículos e como eles as contextualizaram levando em conta as especificidades locais? Em que medida os estados introduziram instruções pedagógicas e competências específicas dos componentes da BNCC em seus novos currículos? Nas seções abaixo, descrevemos brevemente nossas abordagens metodológicas, discutimos nossas descobertas e conclusões, e delineamos direções para o seguimento da pesquisa.

Métodos

Nossas análises incluem as habilidades dos componentes de Matemática e História referentes aos 3º e 5º anos do Ensino Fundamental em todos os 27 estados do país, que compuseram uma amostra analítica de 2.462 habilidades entre todos os estados. Baseamo-nos em pesquisas prévias para desenvolver medidas de análise entre as habilidades BNCC e as dos currículos estaduais, assim como em orientações providas pelo Ministério da Educação (MEC), que consideravam se os estados foram além das habilidades da BNCC para contextualizá-las localmente, se incluíram informações complementares para orientar as instruções, e/ou incorporaram as competências em seus currículos.

Primeiramente, categorizamos cada habilidade estadual com base em suas similaridades com a habilidade equivalente da BNCC. Caso não houvesse diferenças substantivas entre elas, consideramos que se tratava da categoria “Mesma Habilidade”. Outras habilidades estaduais foram simplificadas ou reduzidas em comparação com a habilidade correspondente da BNCC, aos quais nos referimos por “Conteúdo Reduzido”. Em contrapartida, algumas habilidades estaduais forneceram mais informações que a habilidade equivalente da BNCC – as quais frequentemente consistiam em verbos adicionais, explicações complementares, ou ambos –, resultando na categoria “Conteúdo Adicional”.

Alguns estados não incluíram determinadas habilidades da BNCC em seus currículos e/ou fracionaram uma habilidade em duas ou mais, situações às quais nos referimos, respectivamente, por “Habilidade Excluída” e “Habilidade Dividida”. Duas categorias adicionais, “Contextualização” e “Informações Suplementares”, surgiram das orientações do MEC publicadas

nos “Critérios de Leitura dos Currículos dos Estados”. Essas duas categorias foram utilizadas em conjunto com as anteriores e não são mutuamente exclusivas. Em outras palavras, a habilidade de um estado pode ser categorizada como contendo Conteúdo Adicional, Contextualização e Informações Suplementares.

Além de categorizar cada habilidade, realizamos uma análise geral dos textos introdutórios que os estados incluíram em seus currículos – aos quais nos referimos por “preâmbulos” – para entender o nível de incorporação das competências específicas de Matemática e História trazidas pela BNCC. Em geral, nossa análise comparando as habilidades da BNCC e as habilidades estaduais, combinadas com nossas descrições sobre as informações suplementares, contextualizações e competências específicas, fornecem uma visão mais holística de como os estados incorporaram a BNCC em seus currículos. Essas análises integradas também fornecem orientação à medida que buscamos compreender os processos adotados pelos estados para desenvolver seus currículos e como eles visionam seus currículos influenciando o ensino nas salas de aula.

Resultados

Nossas análises sugerem que, em geral, a vasta maioria das habilidades nos currículos estaduais (75%) replicou diretamente a BNCC, enquanto cerca de um quarto delas incorporou conteúdo adicional a alguma habilidade da Base. Praticamente nenhuma habilidade da BNCC foi excluída dos currículos estaduais. Há, no entanto, diferenças consideráveis nas habilidades de Matemática e História entre a Base e os currículos estaduais: observamos que 61% das habilidades de História são as mesmas da BNCC, enquanto que em Matemática essa reprodução cobriu 82% das habilidades. Complementarmente, encontramos variações consideráveis entre o nível de reprodução, pelos estados, das habilidades da Base em seus próprios currículos. Em alguns casos 100% das habilidades foram mantidas iguais, em outros menos de 20% seguiram esse padrão, tendo adicionado ou reduzido o conteúdo originalmente presente na habilidade da Base..

Informações Suplementares: No total, 12 dos 27 estados incluíram algum tipo de informação suplementar em sua estrutura curricular, geralmente por meio da adição de uma coluna extra no quadro das habilidades. Encontramos variações entre os estados quanto ao tipo de informação acrescentada. Alguns estados, como Mato Grosso do Sul, adicionaram comentários detalhados a cada habilidade; outros incluíram informações mais amplas para um conjunto de habilidades, como feito pelo Acre; e outros acrescentaram informações suplementares a um dos componentes, mas não ao outro, como a Paraíba, que inseriu considerações apenas para Matemática, e Santa Catarina, que incorporou comentários somente ao componente de História. Na maioria dos estados, as informações suplementares incluíram sugestões de atividades pedagógicas ou materiais didáticos; houve também proposições de atividades ou materiais que poderiam ser usados no ensino das habilidades. Um pequeno número de estados incluiu, ainda, informações suplementares em como implementar abordagens interdisciplinares por meio da associação de competências específicas de diferentes componentes. Também identificamos um pequeno número de estados fornecendo orientação sobre avaliações ou em como conectar habilidades específicas às competências.

Contextualização das habilidades da BNCC pelos estados: Em geral, observamos alguma contextualização no componente de História e praticamente nenhuma em Matemática. Mais especificamente, apenas 14 das 1.688 habilidades de Matemática que analisamos foram contextualizadas *vis-à-vis* cerca de 27,5% das habilidades de História. Praticamente todos os estados contextualizaram ao menos algumas das habilidades de História em seus currículos, seja pela incorporação de eventos históricos específicos em determinada habilidade, seja pela sugestão

de atividades como a condução de pesquisa sobre elementos referentes às cidades e/ou aos estados dos estudantes.

Inclusão das competências específicas da BNCC nos currículos estaduais: O formato e a estrutura dos currículos estaduais eram relativamente semelhantes, com cada documento sendo iniciado com uma extensa documentação dos fundamentos legislativos e jurídicos da BNCC, bem como descrições dos *stakeholders* locais que participaram da criação do documento, seguidas pelos valores e crenças estaduais em relação ao desenvolvimento do estudante e ao papel ideal da educação na sociedade. Nessas declarações, todos os estados incorporaram as 10 competências gerais da Educação Básica, e 23 dos 27 estados também incluíram as competências específicas nas seções de introdução de cada componente curricular analisado. Vale ressaltar que somente os estados do Ceará e do Espírito Santo vincularam explicitamente as habilidades às competências específicas em sua estrutura curricular; os demais estados as incluíram sem explicação ou orientação sobre como elas poderiam ser desenvolvidas em conjunto com as habilidades.

Conclusões e Discussão

Diversos fatores podem explicar porque os estados reproduziram em grande parte as habilidades da BNCC, principalmente referentes ao componente de Matemática, em seus currículos. Uma explicação possível é que as lideranças estaduais e os redatores dos currículos não se consideravam autorizados a criar suas próprias habilidades devido às orientações e mensagens do MEC. Praticamente todos os *stakeholders* entrevistados entenderam que a principal racionalidade da implementação da BNCC está na equidade educacional e que seu objetivo central era “garantir um nível mínimo de aprendizagem para todos os estudantes brasileiros”. Outra possível explicação para essa replicação é que os estados talvez não possuíssem os recursos humanos e fiscais necessários para a complicada tarefa de criar novas habilidades para todos os componentes, em todos os anos escolares, dentro de um período de tempo relativamente curto, não obstante a assistência do MEC e de outros parceiros durante o processo de redação dos currículos. Independentemente do motivo pelo qual os estados transcreveram amplamente as habilidades da BNCC em seus currículos, similaridades entre a Base e as habilidades estaduais podem ser consideradas um resultado positivo se a primeira for reconhecida como rigorosa e de alta qualidade.

Embora tenham amplamente reproduzido as habilidades da Base, muitos estados pareceram ter olhado para além delas na intenção de criar um currículo próprio. Esse desejo de colocar uma marca local no currículo estadual está alinhado ao conceito mais amplo da reforma curricular baseada em parâmetros, na qual as habilidades nacionais definem *o que* os alunos devem estudar, enquanto os *stakeholders* locais definem *como*. De fato, os estados podem ter compreendido que era sua responsabilidade apoiar os professores a encontrar maneiras de ensinar as habilidades nacionais, e podem ter incluído informações suplementares como um modo de fazê-lo. Também ouvimos, em nossas entrevistas iniciais, alguns entrevistados argumentarem que as habilidades da BNCC eram contextualmente neutras e, portanto, não refletiam a vasta diversidade histórica, cultural e política do Brasil. Os estados podem ter compreendido que era sua responsabilidade contextualizar as habilidades nacionais para atender às necessidades locais e enfatizar seu próprio contexto. Outra explicação para os esforços de contextualização é que os estados podem ter simplesmente seguido a orientação do MEC, particularmente dos “Critérios de Leitura de Currículos dos Estados”. Ao procurar atingir a classificação mais alta da rubrica de “Avança a partir da BNCC”, os estados podem ter interpretado que os elementos de inclusão de aspectos sociais, culturais e locais nas habilidades, assim como de metodologias e estratégias didático-pedagógicas que aproximam a BNCC da realização da aprendizagem na escola, exigiam que fornecessem informações suplementares e contextualizassem as habilidades nacionais. A inclusão de

informações suplementares e a contextualização das habilidades do componente de História podem fortalecer a implementação das habilidades da BNCC ao ajudar os professores a traduzi-los em atividades escolares e a torná-los mais relevantes para educadores e alunos.

Direções Futuras da Nossa Pesquisa

A seguir, pretendemos entender se os governos estaduais se consideravam autorizados a se distanciar das habilidades da BNCC e adaptar os currículos locais para seus próprios contextos. Também exploraremos o papel dos recursos fiscais e humanos nos processos de desenvolvimento dos currículos estaduais. Grande parte desse trabalho subsequente será realizada por meio do nosso estudo de caso nos estados de São Paulo, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Mais adiante, exploraremos os outros três pilares da implementação da BNCC – formação de professores, materiais didáticos e avaliações – para compreender outras questões relevantes à implementação mais ampla, tais como se os estados e municípios possuem capacidade local para se engajar no processo de implementação conforme proposto pelo Guia de Implementação da BNCC. Essas questões permanecem relevantes já que, provavelmente, tornar-se-ão considerações chave para a implementação no nível da escola. Em particular, os professores e diretores escolares terão formação e capacidade para implementar o currículo local? Os professores sentem que possuem autonomia para implementar o currículo local de maneiras criativas e inovadoras? Também consideraremos como a pandemia da COVID-19 está influenciando decisões estaduais, municipais e escolares relacionadas à implementação da BNCC.